

# COMISSÃO DE SAÚDE

## PROJETO DE LEI Nº 2.167, DE 2024

Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, para estabelecer a obrigatoriedade de supervisão médica na produção e divulgação de conteúdos de saúde nos meios de comunicação, incluindo em aplicações de internet.

**Autor:** Deputado DUDA RAMOS

**Relatora:** Deputada ROGÉRIA SANTOS

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2167, de 2024, de autoria do ilustre Deputado Duda Ramos, objetiva alterar a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, para estabelecer a obrigatoriedade de supervisão médica na produção e divulgação de conteúdos de saúde nos meios de comunicação, incluindo em aplicações de internet.

O primeiro artigo do projeto determina que a divulgação de conteúdos de saúde nos meios de comunicação, incluindo em aplicações de internet, só poderá ocorrer sob supervisão médica. O médico supervisor deve ter registro válido em um Conselho Regional de Medicina e, em casos específicos de especialidades, possuir também o Registro de Qualificação de Especialista. O conteúdo divulgado deve identificar claramente o médico responsável.

O segundo artigo estabelece que os meios de comunicação devem adotar medidas para impedir a veiculação de conteúdos que não atendam a essas exigências.



Na justificação da proposição, o autor destaca que a disseminação de informações corretas é essencial para a saúde pública, enquanto a divulgação de informações por pessoas não habilitadas pode ter graves impactos negativos, como a proliferação de diagnósticos incorretos e tratamentos inadequados, especialmente nas redes sociais.

Essa proposição tramita sob o regime ordinário na Câmara dos Deputados, submetida à apreciação conclusiva das Comissões de: Saúde (CSAUDE), Comunicação (CCOM), e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O mérito da matéria será apreciado pelas duas primeiras.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta comissão.

É o Relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 2167, de 2024, aborda um tema relevante para a saúde pública: a supervisão da divulgação de conteúdos de saúde nos meios de comunicação e nas plataformas digitais.

Com a crescente digitalização da saúde no Brasil e o aumento do consumo de informações por vias eletrônicas, é desejável que essas informações sejam fidedignas para evitar a propagação de conteúdos inverídicos ou inadequados, que possam comprometer a saúde da população.

A obrigação proposta pelo PL 2167/2024 se faz ainda mais necessária diante da proliferação de desinformação em plataformas digitais. Tal cenário tem sido caracterizado pela disseminação de diagnósticos e tratamentos superficiais, sem respaldo científico, que podem levar ao agravamento de condições de saúde e ao uso indevido de medicamentos.

A proliferação de informações médicas falsas na Internet e nos meios de comunicação é reconhecida internacionalmente como grave ameaça à saúde pública.<sup>1</sup> Por exemplo, há estudos indicando que quase 90% dos

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2024/maio/combate-a-desinformacao-na-area-da-saude-uma-luta-de-todos>.



brasileiros já receberam *fake news* sobre saúde<sup>2</sup> e que a esmagadora maioria dos profissionais de saúde identificou as notícias falsas como obstáculo ao combate à COVID-19.<sup>3</sup>

Logo, essa proposição é meritória e conta com meu apoio. Contudo, considero que modificações são necessárias para aprimorá-la, de modo que apresento substitutivo em anexo.

O substitutivo modifica a ementa do projeto para especificar que a supervisão deve recair sobre conteúdos associados ao exercício da medicina, uma vez que a expressão "conteúdos de saúde" é excessivamente ampla e poderia causar insegurança jurídica.

Além disso, o texto do parágrafo 8º a ser inserido no artigo 4º da Lei nº 12.842, de 2013 foi reformulado, sendo desdobrado em incisos que tornam a redação mais objetiva e de fácil compreensão.

Assim, são especificadas as informações que devem acompanhar o conteúdo divulgado, como o nome completo do médico supervisor, seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina e, quando aplicável, o Registro de Qualificação de Especialista.

Tais mudanças buscam assegurar a qualidade das informações médicas veiculadas, preservando a segurança da população e a integridade da prática médica.

Diante das alterações sugeridas, voto pela aprovação do PL nº 2167, de 2024, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.  
Deputada ROGÉRIA SANTOS  
Relatora

2025-8271

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/KwCzQCqPkYwdKHYgkzrXPtb/>.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/infodemia-noticias-falsas-sobre-saude-dominam-redes-sociais-induzem-ao-erro-e-desafiam-autoridades/>.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.167, DE 2024

Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, para estabelecer a obrigatoriedade de supervisão médica na produção e divulgação de conteúdos associados ao exercício da medicina nos meios de comunicação, incluindo em aplicações de internet

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

“Art.

4º .....

.....

§ 8º A divulgação de conteúdos nos meios de comunicação, incluindo em aplicações de internet, sobre quaisquer das atividades previstas neste artigo, somente poderá ocorrer se o material for produzido sob a supervisão de um médico, conforme as seguintes condições:

I - o material deve ser supervisionado por médico com registro válido em um Conselho Regional de Medicina;

II - nos casos relativos a áreas de especialidade médica, o médico supervisor deve possuir também o Registro de Qualificação de Especialista correspondente;

III - o conteúdo divulgado deve incluir obrigatoriamente:

a) o nome completo do médico supervisor;

b) o número de inscrição do médico supervisor em um Conselho Regional de Medicina;



c) quando aplicável, o número de Registro de Qualificação de Especialista do médico supervisor.

Art. 2º Os meios de comunicação, incluindo aplicações de Internet, deverão adotar as medidas necessárias para impedir a veiculação de conteúdos em desconformidade com esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputada ROGÉRIA SANTOS  
Relatora

2025-8271

